

os desafios e as oportunidades de Bolonha



A. Domingues de Azevedo*

O Processo de Bolonha é sinónimo de incógnitas e receios, mas também de expectativas e novas oportunidades. A Câmara não regateará esforços para defender os interesses dos TOC.

A revolução no ensino superior, a curto prazo, será uma realidade. Bolonha, com as suas incógnitas, receios e expectativas está quase a bater-nos à porta e muitas coisas terão que passar a ser questionadas de forma diferente.

A forma como encarámos até hoje a função de ministrar a educação escolar sofre uma alteração muito profunda, não só para os docentes, mas também para os alunos e sociedade em geral.

Embora o saber continue a transmitir-se, em grande medida, pela forma tradicional, Bolonha representa um compromisso repartido entre a docência, os alunos e a sociedade em geral.

A grande interrogação é a de saber se todas estas partes envolvidas estão suficientemente preparadas para assumir as respectivas responsabilidades no funcionamento de um processo com as características de Bolonha.

Num sistema de ensino mais vocacionado para o alargar das fronteiras da capacidade de raciocinar, mas que tem menosprezado, de algum modo, o saber fazer, como é que se processará a viragem dos objectivos para se conseguir a formação integrada que Bolonha tem na sua base?

No domínio da preparação dos alunos para o exercício de uma profissão, muito embora todos tenhamos a consciência de que um grau académico não constitui a garantia de um saber fazer, mas antes uma licença para aprender a fazer, teremos naturalmente que nos interrogar sobre qual será a interligação, em minha opinião positiva, entre os organismos de regulação profissional e os estabelecimentos de ensino.

A experiência que neste domínio temos colhido tem sido extremamente positiva e penso que a CTOC e as instituições de ensino superior deram passos de gigante na orientação das temáticas inerentes à especificidade da for-

mação dos profissionais, atenta a realidade social e empresarial do nosso país.

Com a implementação do Processo de Bolonha existem novas realidades que não podemos ignorar.

Se nos exames de avaliação profissional sentimos muitas deficiências nos candidatos a Técnicos Oficiais de Contas, e estes na sua esmagadora maioria vêm de formações académicas com cinco anos, qual será o seu nível de preparação quando esse período tiver de ser condensado em três anos?

Exigir o mestrado? É uma possibilidade, mas que não deixará de ser contestada por alunos e poder político. Abandonar ou diminuir o peso do factor académico nos critérios de admissibilidade e substituí-los por factores de natureza profissional? É outra possibilidade que não devemos descartar tendo, no entanto, consciência que tal terá consequências negativas no período de acesso à profissão, exigindo critérios mais rigorosos de selecção e examinação do nível de conhecimentos profissionais dos candidatos a Técnicos Oficiais de Contas.

O que nos espera não se revela fácil, se atendermos também a esse factor especial que é a juventude da nossa profissão.

Constituímos uma comissão eventual para analisar toda esta problemática que é composta por alunos, professores e profissionais, a qual brevemente apresentará o seu trabalho. A sua sensibilidade para este tipo de questões deve merecer da nossa parte, que temos a responsabilidade de decidir, a maior atenção, mas o que está em análise é o futuro da nossa profissão e aí, temos todos, mas mesmo todos, que colaborar na sua construção.

Pela minha parte, embora consciente de que o desafio é grande, não regatearei esforço no sentido de encontrar a solução que se afigurar mais consentânea com os interesses dos Técnicos Oficiais de Contas. ★

